



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003884-49.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Robert Briliano**
 Requerido: **Banco Bradesco Cartões S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que possui cartão de crédito junto à ré com limite de crédito de R\$ 4.800,00.

Alegou ainda que tentou pagar uma compra com tal cartão, mas não alcançou êxito porque soube, posteriormente, que o limite do mesmo havia sido reduzido sem que fosse informado.

As preliminares suscitadas pela ré em contestação entrosam-se com o mérito da causa e dessa forma serão apreciadas.

A ré não refutou os fatos articulados pelo autor, limitando-se a asseverar que a redução do limite de seu cartão de crédito lhe foi cientificada.

Tocava-lhe fazer a prova respectiva, seja em decorrência da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque não seria exigível ao autor a demonstração de fato negativo.

Ela, porém, não se desincumbiu desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não instruiu a peça de resistência com qualquer prova que respaldasse sua explicação e não se prestam a tanto os documentos de fls. 48/71 e 72/77.

Isso porque os primeiros atinam ao contrato de utilização do cartão de crédito, sendo que a sua cláusula 5.2 contempla a possibilidade de redução do limite do mesmo mediante inserção do valor do novo limite nos extratos mensais, enquanto os últimos concernem a negativas registradas pelo autor.

Mesmo que se reconheça que a última circunstância pudesse dar causa à diminuição do limite do cartão do autor, inexistente elemento concreto que permita vislumbrar que isso lhe foi comunicado.

Ao contrário, o documento de fl. 17 – último extrato recebido pelo autor antes da tentativa de utilização em apreço – possui expressa referência do limite no patamar de R\$ 4.800,00, ou seja, aquele que desde o início foi disponibilizado a ele.

O quadro delineado evidencia a falta de amparo à justificativa dada pela ré, não tendo a mesma demonstrado o que asseverou sobre o tema debatido.

Resta saber então se o autor experimentou danos morais a partir do episódio descrito na petição inicial e entendo que a resposta há de ser positiva.

Na verdade, qualquer pessoa mediana ficaria constrangida com a recusa de pagamento de seu cartão de crédito, como revelam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

O autor com isso foi exposto a situação vexatória a que não deu causa, o que caracteriza os danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**